

AMÉRICA LATINA À ESPERA PELO GRITO DOS LIVRES

LATINOAMÉRICA A LA ESPERA DEL GRITO DE LOS LIBRES

LATIN AMERICA WAITING FOR THE SCREAM OF FREE

Paulino Orso¹

Resumo: Este artigo trata da América Latina e sua relação com os sucessivos domínios coloniais e imperiais, e sua imperiosa necessidade de libertação e emancipação. Numa perspectiva histórica, analisamos como essa porção do continente americano, primeiramente foi submetida ao domínio europeu e, posteriormente, estadunidense que, sob o lema: “América para os americanos”, decretado pela Doutrina Monroe, em 1823, auto denominou-se “polícia da América”, passou a governar de acordo com a política do *Big Stick* (Grande Porrete) e se outorgou o direito de patrocinar golpes, implantar ditaduras e plantar governos subservientes a seus interesses. O intuito é o de que, trazendo à tona esse cenário assombroso, abominável e espantoso, possamos contribuir para que de fato se compreenda os desafios que estão colocados para a América Latina e para os trabalhadores, e se construam alternativas efetivas e eficazes para fazer frente a ele e transformá-lo em vestígio do museu da história.

Palavras-chave: América Latina, Imperialismo, Emancipação Humana.

Resumen: Este artículo trata de Latinoamérica y de su relación con los sucesivos dominios coloniales e imperiales y su imperiosa necesidad de liberación y emancipación. En una perspectiva histórica, analizamos cómo esa porción del continente americano, primeramente, fue sometida al dominio europeo y, posteriormente, estadounidense, que, bajo el lema: “América para los americanos”, decretado por la Doctrina Monroe, en 1823, se autonombró “policía de la América”, pasó a gobernar de acuerdo con la política del *Big Stick* (Gran Garrote) y se otorgó el derecho de patrocinar golpes, implantar dictaduras y plantar gobiernos que servían a sus intereses. La intención es la de que, resaltando ese escenario horrible, abominable y espantoso, podamos contribuir para que, de hecho, se comprenda los retos que se plantean para América Latina y para los trabajadores, y se construyan alternativas eficaces para confrontarlo y convertirlo en huella del museo de la historia.

Palabras clave: Latinoamérica, Imperialismo, Emancipación Humana.

Abstract: This article is about Latin America and its relation ship with the successive colonial and imperial dominions and its imperious necessity of liberation and emancipation. In a historical perspective, we analyzed how this part of the American continent was first subjected to European and later American domination, which, under the motto "America for the Americans", decreed by the Monroe Doctrine in 1823, self was called "police America", "went on to govern under the Big Stick policy and granted the right to sponsor coups, establish dictatorships, and plant governments subservient to their interests. The intention by bringing this astonishing, abominable and astounding scenario to the forefront, we can contribute to the understanding of the challenges that are placed for Latin America and the workers, and to build effective alternatives to tackle and turn it into a vestige of the museum of history.

Keywords: Latin America, Imperialism, Human Emancipation.

Passaram-se os dias, os anos, os séculos e a América Latina mudou, sim mudou. Mudou de sua condição de terra livre, com um povo livre, para um território dominado, espoliado e submetido. Agora agoniza e está à espera do grito dos livres que a coloquem de pé, libertem-na do subjugo do capital e do império, cujo único interesse é a apropriação e espoliação de suas riquezas e assumam seu lugar em pé de igualdade no cenário das nações.

Primeiramente vieram os europeus que, com seus deuses, suas armas e seus cavalos, submeteram os povos nativos, saquearam muitas de suas riquezas e promoveram um acerbo extermínio, deixando para trás pobreza, sangue derramado, escravidão e morte, transformados em pedestais para enriquecer e embelezar as praças, ruas e monumentos do velho continente.

Quando nos tornamos “independentes” do domínio colonial, ou então, quando nos libertaram para ampliarem sua acumulação, garantindo a liberdade (de consumo), provocando guerras interimperialistas, temendo que os europeus restaurassem seus domínios coloniais nesse continente, os Estados Unidos se apressou em gritar: alto lá! “América para os americanos”.

Era o dia 2 de dezembro de 1823, quando o então presidente dos Estados Unidos, James Monroe, seguindo uma orientação política já praticada anteriormente, depois da “conquista do Oeste” e do extermínio milhões de nativos de seu país, anunciou a que chamou de Doutrina Monroe, por meio da qual determinava que os europeus não mais se intrometessem nesse espaço. Aliado a isso, passaram a se autodenominar de “americanos”² e agir como se fossem os únicos americanos e, conseqüentemente, todo o continente fosse seu protetorado.

Dessa forma, a América Latina foi praticamente recolonizada e transformada numa nova colônia, uma espécie de protetorado dos Estados Unidos, acarretando conseqüências terríveis para todos os povos da região até o presente. Essa política de domínio do continente americano por parte dos yankees, como mencionamos acima, já era apregoada por George Washington (1789-1797), que, por razões diversas, já defendia o isolamento do mundo europeu.

Para levar a cabo tal ideologia, Theodore Roosevelt, o 26º presidente estadunidense (1901-1909), instituiu a prática do *Big Stick* (Grande Porrete). Tratava-se de convencer e ou de submeter todo o continente a qualquer custo, quer seja por meios “suaves”, da diplomacia, ou da violência, da força e das armas. Inspirado por um provérbio africano que dizia: “Fale com suavidade, mas tenha na mão um grande porrete”, Roosevelt pretendia deixar claro que, para proteger os interesses de seu país, sempre que possível agiria de forma amistosa e cordial, mas não vacilaria em utilizar o grande porrete “sempre que necessário”.

Desse modo, os Estados Unidos transformaram a América Latina em uma área de influência exclusivamente sua. Com essa finalidade, durante o governo Roosevelt, por exemplo, foi instituída a Emenda Platt, criando um dispositivo legal que foi adicionado à constituição de Cuba, recém-independente, que permitia aos Estados Unidos intervirem no país toda vez que seus interesses se fossem ameaçados.

Em 1903, os Estados Unidos usurpou Guantanamo, que foi transformado numa base militar estadunidense, tal como permanece até na atualidade (2017), apesar de ter restabelecido as relações diplomáticas com a ilha caribenha. E ainda durante o governo Roosevelt, com seu apoio, o Panamá também conquistou sua independência, mas perdeu o controle sobre o Canal do Panamá, que continuou sob controle estadunidense até 1999.

Assim sendo, com base na política do *Big Stick*, entre 1898 e 1934, os Estados Unidos realizaram uma série de ocupações militares em diversos países do continente: no México, Cuba, Panamá, República

Dominicana, Honduras, Haiti e Nicarágua, além de Porto Rico, que em 1898, foi transformado em seu protetorado e jamais experimentou a liberdade. A partir daí foi transformado numa base militar yankee. Em razão disso, encarcerou muitos ativistas políticos que se levantaram contra o domínio estadunidense.

Um deles, Oscar López Rivera, chegou a ficar preso durante 36 anos no país que se intitula de “campeão da liberdade” (Estados Unidos), mas que inclusive, abriga terroristas, como o cubano, nacionalizado venezuelano, Luis Clemente Faustino Posada Carriles, conhecido pelos pseudônimos de Basilio, Comisario Basilio e Bambi, que, dentre outros atributos nada honrosos, carrega em seu currículo a marca de ser ex-agente da CIA³, de ter ordenado torturas, assassinar presos políticos e ser autor intelectual do atentado contra o avião cubano, em 1976, que provocou a morte de 73 pessoas. Também foi membro da frustrada Operação 40, responsável pela tentativa de invasão da Bahia dos Porcos, em Cuba, em 1961.

Todavia, as intervenções e a ingerência estadunidense sobre os países latino-americanos não se limitaram às mencionadas acima. Posteriormente, a partir de meados da década de 1950 e, sobretudo nas duas décadas que se seguiram, a América latina foi simplesmente destroçada pelos golpes militares e pelas ditaduras implantadas e ou apoiadas pelos Estados Unidos em nome da “defesa da democracia”. Nesse período, a CIA inicia uma prática que viria a ser responsável pela derrubada de governos e por milhares de mortos ao redor do planeta, especialmente na América Latina. Trata-se dos golpes de Estado.

Aliás, muitos golpes foram e continuam sendo dados e estados de exceção foram impetrados simplesmente sob alegação da defesa democracia e a liberdade. Para impedir o avanço da revolução cubana na América Latina, a CIA também arquitetou, promoveu, apoiou e ou financiou inúmeros golpes militares: em El Salvador, Nicarágua, Granada, República Dominicana, Honduras, Paraguai, Venezuela, Brasil, Bolívia, Uruguai, Chile, Argentina e outros países latino-americanos; combateu o ELN (Exército de Libertação Nacional) e as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e o EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) no México e interveio militarmente no Haiti.

A CIA também é apontada como a responsável pelos golpes que derrubaram Jacobo Árbenz na Guatemala, Rafael Trujillo na República Dominicana, Jaime Roldós (Equador) e Omar Torrijos (Panamá), além de, como mencionamos, ter articulado a tentativa de invadir Cuba pela Baía dos Porcos, em 1961, e arquitetado centenas e centenas de tentativas para assassinar Fidel Castro⁴, acabar com a revolução cubana e impedir que seus ideais se disseminassem pela região. Todavia, foram todos frustrados.

A Guatemala foi o primeiro país a sofrer intervenção direta dos Estados Unidos no continente desde o início da Guerra Fria. Nesse país, a repressão não só foi a mais intensa como a mais extensa. Ocorreu em 1954, na denominada operação PBSUCCESS, que levou à derrubada do presidente Jacobo Arbenz Guzmán, que havia sido eleito democraticamente.

O motivo do golpe foi o fato de que Arbenz promoveu uma reforma agrária contrária aos interesses da multinacional norte-americana United Fruit Company. Diante disso, o então diretor da CIA Allen Dulles, alegando que era necessário evitar que o país se tornasse “uma praia soviética”, desencadeou o golpe.

Até aquele momento, a Guatemala era um país autônomo, sem ingerência externa e os próprios cidadãos geriam e controlavam o país e suas riquezas. Assim sendo, para justificar o golpe, a CIA

orquestrou uma grande campanha de críticas e de combate ao governo taxando-o de comunista. E, por meio da mídia bastarda, promoveu uma espécie de lavagem cerebral, conquistou o apoio popular interno e externo e desencadeou uma intervenção que se prolongou por 36 anos, provocando a morte de aproximadamente 250 mil pessoas e deixou cerca de 50 mil desaparecidos, além da pobreza, dos conflitos e da violência que se seguiram.

Apesar dos Estados Unidos negarem e afirmarem que não apoiam golpes de Estado, que respeitam a constituição, que defendem que as transições políticas sejam democráticas, constitucionais e legais, não só apoiaram, como, em muitos casos, patrocinaram e deram golpes, tais como ocorreram na Guatemala (1954) e depois em Cuba (1959), República Dominicana (1961), Brasil (1964), Chile (1970-1973), Argentina (1976), Nicarágua (1981-1990) e Venezuela (2002), para ficar apenas em alguns casos em que, sob o manto da defesa da tal de democracia e liberdade, produziram milhares e milhares de vítimas.

De acordo com o governo chileno, o número de vítimas da ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990) passou de 40 mil. Destes, 3.225 foram oficialmente reconhecidos como executados, mais de 1.200 foram detidos e desaparecidos e mais de 34 mil foram presos e torturados sem qualquer julgamento. Na Argentina, apesar da ditadura ter sido mais curta dessas (1976-1983), revelou-se como a mais sangrenta da América do Sul, produziu mais de 30 mil mortos. No Brasil, a Comissão da Verdade, apurou que os ditadores deixaram 434 pessoas mortas e centenas de desaparecidas. Se contar o número dos que foram atingidos e sofreram algum tipo de perseguição e tortura, somente nesses três países, passam de 100 mil.

Imagine o leitor, as perdas ocasionados em termos econômicos, sociais, políticos, culturais e humanos decorrentes do golpe de Estado que depôs Salvador Allende, no Chile (1973), que redundou em sua morte e na de milhares de chilenos; com os sucessivos golpes contra Cuba, com os atos terroristas, com o bloqueio econômico imposto à Ilha por mais de meio século e em função das tentativas de assassinar Fidel Castro; com o golpe que depôs João Goulart (1964) e instaurou a ditadura militar no Brasil; com o golpe militar na Argentina (1976), que derrubou a Presidenta Maria Estela Martínez de Perón e instaurou a ditadura militar; com os ataques à Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), na Nicarágua, desde Júlio de 1979; com os golpes no Haiti; com o golpe Militar no Paraguai (1954-989) e, posteriormente, também com o golpe parlamentar que destituiu Fernando Lugo (2012); com a invasão de Granada por forças militares dos Estados Unidos e outros países (1983), que levou ao assassinato do marxista-leninista Maurice Bishop, alinhado à União Soviética e a Cuba; com o assassinato de Omar Torrijos (1981), do Panamá, pela CIA, cujos documentos da investigação sobre sua morte foram confiscados por militares estadunidenses durante a invasão do Panamá, em 1989, durante o governo de George H. W. Bush e nunca devolvidos; com os constantes ataques e golpes impetrados contra a Venezuela desde 1999, quando da chegada de Hugo Chávez ao governo; com o Plano Colômbia, assinado entre os governos de Bill Clinton e Andrés Pastrana, no ano de 2000, que se utilizou do suposto combate ao narcotráfico para implantar bases militares no país e combater a guerrilha marxista-leninista das FARC. Afora o fato de destinar bilhões de dólares, soldados e armamentos para combatê-la, também realizou a fumigação de plantações de coca, infectou o solo, a água, as plantações e intoxicou milhares de pessoas, espalhou conflitos, violência, deixou milhares de mortos e forçou milhões de pessoas a abandonarem suas

casas e sua terra; com o golpe militar em Honduras (2009), que depôs Manuel Zelaya; com o financiamento a opositores do governo, os ataques e o golpe parlamentar no Brasil, que levou à destituição de Dilma Russeff da presidência e uma crise sem precedente no país (2016/2017), enfim, com todas as agressões provocadas pelo império do norte contra a América Latina. A todas essas atrocidades e custos, também poderíamos adicionar uma série de outras, como as que levaram à morte de Augusto Cesar Sandino, Farabundo Martí, o Monseñor Oscar Arnulfo Romero, Jaime Roldós e os milhares presos, desaparecidos e assassinados durante a vigência da “Operação Condor”. Isso para se ficar apenas na América Latina.

De acordo com o levantamento de João Craveirinha (2005)⁵, entre 1890 e 2003, os Estados Unidos realizaram aproximadamente 120 intervenções militares, sendo que muitos países chegaram a sofrer diversas intervenções, grande parte delas, decididas unilateralmente, sem o consentimento e autorização da ONU. Isso, a despeito de George Washington (1732-1799), o primeiro presidente dos Estados Unidos, preconizar: “Observem a boa fé e a justiça em todas as nações. Cultivem a paz e a harmonia com todos”.

Assim como os tribunais estadunidenses são extremamente rápidos e competentes para cobrar de cidadãos, empresas e países quando sentem que seus interesses e seus lucros são prejudicados, todos esses países também deveriam fazer o mesmo. Deveriam entrar na justiça e acionar o governo yankee a ressarcir todos os prejuízos e danos provocados por suas políticas e pela sua ingerência externa.

No entanto, se são habilíssimos em cobrar respeito aos direitos humanos, à democracia, exigir leis que lhes faculte o livre comércio, também o são para promover, patrocinar e financiar golpes de Estado, ditaduras, assassinatos, desestabilização social e de governos. Práticas essas que, aliás, a despeito de parecerem contraditórias, constituem-se em duas faces da mesma moeda ou em práticas utilizadas simplesmente para eliminar adversários e fomentar as condições necessárias ao livre trânsito do capital e perpetuar seu domínio imperial.

Desse modo, depois de ter contido o “comunismo”, de ter destruído a União Soviética e acabado com a “Guerra Fria”; de ter plantado um série de governos entreguistas e subservientes que impuseram a ferro e força o receituário do Consenso de Washington; de ter assumido a hegemonia quase que absoluta sobre o planeta, os Estados Unidos acreditava que havia docilizado, domado e adestrado todo o continente americano.

Todavia, as ditaduras que implantaram e a série de golpes, assassinatos, violência e atrocidades que patrocinaaram, na esteira da intensa crise gerada pelos equivocadamente⁶ denominados de governos “neoliberais”, que se vangloriavam de estabelecer quase que “relações carnais” com os Estados Unidos, conforme expressão do ex-presidente argentino Carlos Menen, no rastro de Cuba, que por décadas resistiu praticamente sozinha aos ataques imperiais e à sanha destrutiva capitalista, que promoveu a maior onda de privatização da história, por contradição, acabou por desencadear uma forte reação e uma onda anti-imperialista e “antiamericana” que acabou por colocar no poder uma série de governos populares, com “cara de povo”, dentre os quais mencionamos: Hugo Chávez no governo da Venezuela, em 1999; Luis Inácio Lula da Silva, no Brasil, em 2003; Néstor Kirchner, na Argentina, em 2003; Rafael Correia, no Equador, em 2005; Daniel Ortega, na Nicarágua, 2006; Evo Morales, na Bolívia, em 2006, e José Mujica,

no Uruguai, em 2010.

Isso provocou uma forte mudança e acabou fortalecendo a posição de Cuba e de Fidel Castro, permitindo enfrentar o imperialismo estadunidense de forma mais vigorosa, mesmo sem que tivesse ocorrido nenhuma revolução. Uma das grandes derrotas, talvez a mais significativa delas, impostas por esses governos aos Estados Unidos, ocorreu no dia 05 de novembro de 2005, durante a IV Cúpula das Américas, realizada em Mar del Plata, na Argentina, quando a ALCA – Área de Livre Comércio da Américas, que se constituía num instrumento por meio da qual o império yankee pretendia consolidar sua posição hegemônica e de domínio sobre a América Latina, foi enterrada.

Entretanto, a ALCA não foi a única derrota estadunidense. A ela somaram-se outras ações um tanto ousadas, sobretudo, impetradas por Fidel Castro, Hugo Chávez, Luiz Inácio Lula da Silva e Nestor Kirchner que, de certo modo, afiguraram-se como novas derrotas do império estadunidense.

Demonstrando que “outra América é possível”, liberta das botas e baionetas imperiais, foram criadas diversas organizações tendo por base e princípio a solidariedade entre os povos, o respeito às diferenças e a ajuda mútua. Nessa direção, o MERCOSUL, que reúne o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, ao qual posteriormente se somou a Venezuela, se fortaleceu e foi criada a UNASUR (em 2008, composta pela Venezuela, Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Uruguai), a ALBA (criada em Havana, Cuba, em 2004, por Hugo Chávez e Fidel Castro, atualmente também integram a Bolívia, Nicarágua, Dominica, Equador, Antígua e Barbuda e São Vicente e Granadinas), a PetroCaribe (aliança que envolve a Venezuela e 19 países caribenhos, criada por iniciativa de Chávez, em 2005) e CELAC (que reúne 33 países Latino-Americanos e Caribenhos), criada no México, em 2010.

A reação anti-imperialista e a ascensão desses governos, por um lado, reduziu o espaço de intervenção e o mercado dos Estados Unidos na região e, por outro, abriu maior espaço para a Rússia e China, com quem o império rivaliza. Além disso, numa outra atitude ousada, o Brasil, a Índia, a Rússia e a China criaram os BRICs, grupo ao qual também se juntou a África do Sul, fato este que, no contexto anterior, quando os governos da região se orgulhavam de possuir “relações carnis” com os Estados Unidos e eram totalmente dependentes e subservientes a eles, certamente não teria sido criado. Consequentemente, também não teria sido criado o Banco dos BRICs, que começou a se fortalecer e poderia se constituir num contraponto ao Banco Mundial e ao FMI.

Essas ações, atitudes e políticas de integração e expansão da Rússia e China provocaram a fúria dos Estados Unidos, que não admitiam que a América, que consideravam como “sua”, que havia domado, adestrado e docilizado à custa de golpes, ditaduras e repressão, a “América para os americanos”, o “seu pátio traseiro”, de um momento a outro ousasse se rebelar, fugir de controle e ensaiasse a andar com suas próprias pernas, determinando o rumo de seu próprio destino. Isso se lhes afigurou como um espectro assombroso e não tardou a reagir e dar uma resposta “adequada”.

Apesar dos yankees terem identificado em Hugo Chávez o principal representante, porta voz e articulador do movimento anti-imperialista, anti-“americano” e anti-“neoliberal”, depois de Cuba, a reação e os ataques não se limitaram a ele e à Venezuela. Não obstante, Chávez e a Venezuela terem sido atacados de modo mais intenso, contínuo e sem descanso, não se limitaram a eles. A reação se estendeu a

todos os “governos da América Latina com cara de povo” que “ousaram” promover algumas míseras reformas, garantindo ínfimos direitos à população trabalhadora que sempre esteve à margem da sociedade.

É importante lembrar que a Venezuela é o país que possui a maior reserva de petróleo do mundo. Todavia, antes da chegada de Chávez ao poder, os recursos decorrentes de sua exploração eram simplesmente apropriados pela classe dominante. Chávez, ao contrário disso, promoveu uma mudança profunda e passou a não só reverter em benefício da população de seu país, garantindo melhores condições de moradia, alimentação, saúde, educação, cultura e condições infraestruturais, como a ajudar a população de diversos países, inclusive garantindo a alimentação de milhares de cidadãos estadunidenses que vivem na pobreza nos próprios Estados Unidos, mesmo sendo o país mais rico do mundo.

Com isso, se por um lado, o novo mandatário venezuelano ia conquistando cada vez mais apoio da população de seu próprio país e também de muitos outros governos latino americanos, de outro, ia provocando a revolta tanto da oposição e da classe dominante interna que foi perdendo seus privilégios históricos e também das elites, dos megaempresários, das transnacionais e do governo estadunidense, que viam em Chávez junto com os irmãos Castro, os principais obstáculos à sua ingerência e dominação no continente.

Diante disso, assim como havia feito contra Fidel Castro, a CIA (Central de Inteligência Americana) arquitetou inúmeros golpes e ataques na tentativa de assassinar Chávez e acabar com a Revolução Bolivariana. Para ficar apenas no golpe mais significativo, mencionamos o fracassado golpe de Estado desencadeado em 11 de abril de 2002, quando, com o apoio dos Estados Unidos, o presidente Hugo Chávez foi preso ilegalmente por militares e o presidente da Federação Venezuelana de Câmaras de Comércio (Fedecâmaras), Pedro Carmona, foi empossado o presidente, dissolveu a Assembleia Nacional e o Supremo Tribunal e anulou a Constituição de 1999.

Entretanto, o golpe durou apenas 47 horas. Depois de um levante pró-Chávez, a Guarda Presidencial retomou o palácio de Miraflores e, sem disparar um só tiro, resgatou Chávez e o reinstalou novamente como presidente. Isso acabou por fortalecer ainda mais a posição de Chávez perante seu povo e também em âmbito internacional, exceto dos Estados Unidos que articularam o golpe junto com a oposição de seu país com o apoio da Espanha e de paramilitares e do governo da Colômbia.

Diante do fracasso, na tentativa de acabar com o chavismo, os Estados Unidos lançaram mão de uma nova e mais sofisticada estratégia, o petróleo, que, dentre outras táticas incluía, de um lado, intensificar ao máximo o faturamento hidráulico, também conhecido como “*Fracking*”, visando elevar à exaustão a extração de gás, o chamado gás de xisto ou gás de folhelho, possibilitando a substituição do uso do petróleo por gás, gerando maior oferta deste produto. De outro, o estabelecimento de um acordo com a Arábia Saudita com a finalidade de elevar a produção de petróleo e provocar uma verdadeira inundação do produto no mercado.

Também fez parte dessa estratégia o acordo com o Irã em torno da questão nuclear e, conseqüentemente, o fim das sanções que restringiam a venda de petróleo. Com isso, depois da crise profunda a que o país persa havia sido submetido em função da impossibilidade de comercializar livremente seu principal produto de exportação, com o fim das sanções também aumentou enormemente

sua produção de petróleo. Isso tudo acabou por provocar uma superprodução de petróleo, cujo excesso de oferta e, por conseguinte, fez com que ocorresse uma queda estrepitosa e abrupta dos preços do produto no mercado mundial.

Imagine leitor, o impacto que teve na economia, na sociedade, nos programas sociais de países totalmente dependentes do petróleo, a redução dos preços que, de aproximadamente 120 dólares o barril, despencou para apenas 27 dólares!?! Este é o caso, por exemplo, da Venezuela.

Contudo, a derrubada dos preços do petróleo não significou um duro golpe apenas na Venezuela. Numa só tacada, também atingiu direta, simultânea e “coincidentemente” todos os países produtores e exportadores de petróleo, tais como, a Rússia, o próprio Irã, o Brasil, o Equador e a Bolívia, dentre outros, tidos pelos Estados Unidos como seus inimigos a serem derrotados e destruídos. Também representou um duro golpe para aqueles países com os quais a Venezuela estabelecia relações comerciais, fornecendo petróleo em troca de ajuda, especialmente nos campos da saúde, da assistência social e da educação, como no caso de Cuba.

A redução drástica nos preços do petróleo, por si só, acarretaram uma desestruturação completa da sociedade. Contudo, os ataques não se limitaram a isso. No caso da Venezuela, depois de ter sido jogada numa profunda crise, tanto a oposição do país, quanto os Estados Unidos, como o governo espanhol e setores da oligarquia colombiana e seu braço armado ligada ao ex-presidente Álvaro Uribe, aproveitaram-se do momento de fragilidade, utilizaram-se das grandes empresas midiáticas e aguçaram ainda mais as contradições, estimularam o ódio, instigaram a “violência dosada”, utilizaram-se de uma série de artifícios “legais” e burocráticos na tentativa de aumentar a desestabilização social e jogar o povo contra o governo.

Os ataques ao governo e à Revolução Bolivariana se acentuaram muito após a morte do Presidente Hugo Chávez, acometido por um câncer extremamente agressivo, que inclusive pesam suspeitas de que tenha sido provocado por algum tipo de agente plantado pela CIA. E por falar em câncer, no mínimo, causa estranheza que diversos governos desses países que Estados Unidos pretendiam derrotar e de autoridades que eles as consideravam como suas inimigas, foram mortas pelo câncer, como no caso de Chávez, ou pelo menos, tiveram câncer, como no caso do ex-presidente Néstor Kirchner, da então presidente Cristina Kirchner, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e então presidente Dilma Rousseff.

Coincidentemente, tanto no caso de Maduro, na Venezuela, como com Cristina, na Argentina e também com Dilma, no Brasil, passaram a sofrer ataques mais intensos por parte dos Estados Unidos respectivamente após os governos de Chávez, Néstor e Lula, numa demonstração de que o império não estava mais disposto a tolerar a continuidade desses “governos com cara de povo”.

O primeiro exemplo de que os Estados Unidos partiria para o ataque cerrado a esses governos na América Latina foi o golpe contra Chávez na Venezuela, em 11 de abril de 2002, e depois, contra Manuel Zelaya, em Honduras, em 28 de junho de 2009. Zelaya foi derrubado por um golpe militar, quando foi retirado de sua casa à força, posto num avião e levado para Costa Rica. A razão disso é que, de um lado, o presidente se opunha à guerra “antidrogas” e à política liberalizante dos Estados Unidos e, de

outro, havia se aproximado da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) e da Venezuela de Hugo Chávez.

A vítima seguinte foi o presidente Rafael Correa do Equador que sofreu um atentado no dia 30 de setembro de 2010. Nesse dia, durante protesto de policiais que supostamente se manifestavam contra a redução de gastos em segurança pública, rebelaram-se, invadiram o Congresso, ocuparam o Aeroporto Internacional de Quito, tomaram o controle dos principais quartéis da polícia e tentaram assassinar o presidente.

Dois anos depois, no dia 22 de junho de 2012, o ex-bispo católico e presidente paraguaio, Fernando Lugo, que era ligado aos movimentos sociais e aos sem terra, foi destituído do poder num golpe parlamentar e jurídico relâmpago, sob denúncia de que tinha filhos e que não conseguia governar o país. O *leitmotiv* do golpe foi um ataque da polícia a um acampamento de camponeses em terras devolutas no distrito de Curuguaty, localizado no departamento de Canindeyú, que provocou a morte de 6 policiais e 11 camponeses. O massacre foi atribuído à falta de governabilidade do Presidente Lugo que, em menos de 48 horas, foi julgado e condenado à perda do mandato presidencial. Ressalte-se que o julgamento se resumiu à condenação de 11 camponeses, sem que tivesse ocorrido nenhuma investigação acerca das causas da morte de outros camponeses.

Em 2015, os ataques e golpes se acentuaram. Em 03 de setembro de 2015, o presidente da Guatemala Otto Pérez Molina foi forçado a renunciar sob “acusação de corrupção”. Na Argentina, depois de 12 anos no governo, no dia 22 de novembro de 2015, com o apoio dos Estados Unidos, o Kirchnerismo é derrotado por Mauricio Macri, um legítimo representante do grande capital. Na Venezuela, no dia 06 de dezembro de 2015, o governo sofre um duro golpe quando a oposição conquista a maioria absoluta das cadeiras na Assembleia Legislativa, inclusive, com poderes suficientes para modificar a constituição e até revogar o mandato do Presidente. Na Bolívia, depois da tentativa de golpe, também orquestrado pelos Estados Unidos com o apoio da grande mídia internacional, impetrado em 2008, apesar das mudanças positivas nos indicadores sociais e econômicos, ou em função delas, no dia 22 de fevereiro de 2016, Morales sofreu um duro golpe, “os bolivianos” disseram “não” ao Referendo que garantiria um novo mandato a Evo Morales. Além disso, no final de agosto de 2016, cooperativistas mineiros, mancomunados com grandes empresas multinacionais, tentaram desencadear um novo golpe de estado, que foi rapidamente desmantelado. Todavia, deixaram um saldo de 6 mortos, inclusive do vice-ministro Rodolfo Illanes, que foi “brutalmente assassinado” quando se encontrava sequestrado por mineiros em protesto. Finalmente, em 2016, depois de um golpe travestido de “impeachment”, as elites brasileiras, mancomunadas no parlamento e no judiciário, articuladas ao empresariado e à grande mídia, com o apoio dos Estados Unidos, acabaram por derrubar a presidente Dilma Rousseff, legitimamente eleita, contra a qual não pesava nenhuma acusação de corrupção e, em seu lugar, plantaram no poder Michel Temer, que além de ser acusado de corrupção, constituiu um governo elitista, branco, machista e corrupto, com o objetivo de acabar com as investigações sobre a corrupção, isto é, sobre si mesmos e promover todas as reformas possíveis contra os trabalhadores em benefício, sobretudo do grande capital internacional – num verdadeiro golpe de classe.

Num dos feitos mais covardes arquitetados pelos Estados Unidos, na tentativa de enfraquecer as resistências anti-imperialistas, os governos golpistas do Brasil e do Paraguai, aliados ao da Argentina, formaram a que foi denominada pelo Presidente Venezuelano Nicolás Maduro, de nova “Tríplice Aliança”, por meio da qual, seus governos golpistas, que não tem nada de democrático a inspirar, tentara impedir que a Venezuela assumisse a presidência do bloco. No caso do Brasil, em mais uma atitude

golpista, desta vez para além das próprias fronteiras, o próprio Michel Temer e seu ministro das relações exteriores, José Serra, chegam a viajar ao Uruguai para pedir ao presidente que seu país não passasse a presidência do Mercosul à Venezuela, como lhe cabia por direito, que segundo as normas que regem o bloco, a presidência do mesmo deve ser exercida por ordem alfabética. Portanto, depois do Uruguai deveria ser a Venezuela.

Todos estes ataques e golpes foram antecidos e acompanhados por intensas campanhas midiáticas patrocinadas por grandes grupos econômicos contra aquilo que denominam de forma indistinta e artificialmente de governos “populistas”, “comunistas” e “bolivarianos”, que sintetizam numa única palavra, de “autoritários”.

Muitos e grandes são os interesses políticos e econômicos envolvidos. Enganam-se, portanto, os que pensam que os Estados Unidos fariam pouco caso das resistências e ou afrontas do passado às suas “recomendações”. O slogan “América para os americanos” e a política do “Big Stick”, continuam a traduzir bem, tanto os interesses estadunidenses sobre o continente, quanto o peso a ser arcado por quem ousa ou se arrisca a desafiar o império yankee.

Assim como no passado ocorreu uma espécie de onda estigmatizada pelas elites de “populista” e “bolivariana” na América Latina, lançando uma espécie de grito de independência, impondo-se e rechaçando as intromissões, desmandos e imposições dos inquilinos da Casa Branca, nos últimos anos, presenciou-se uma nova mudança, um novo ciclo talvez, que expressa um profundo retrocesso. E, na esteira dos governos já abatidos, vivenciamos uma regressão humanitária ainda maior do que as que antecederam, com um ataque sem precedente aos trabalhadores, em especial, do setor público, com a eliminação de direitos, aumento da precarização das condições de vida e de trabalho, piora nos indicadores sociais, ao lado do aumento da concentração de renda e da acumulação, acompanhada do acirramento dos conflitos e da violência.

Depois de ter derrubado Manuel Zelaya, Fernando Lugo e Dilma Rousseff; depois de ter imposto duras derrotas aos governos da Bolívia, do Equador e da Venezuela; depois de ter derrotado o Kirchnerismo na Argentina, os Estados Unidos não se conformam que, a despeito de todos os ataques e golpes impetrados contra Cuba e Fidel, contra o qual a CIA arquitetou mais de 700 tentativas de assassinar, não tenham obtido êxito. Por conseguinte, nas palavras do então presidente Barack Obama, inconformados, os estadunidenses tiveram que admitir: “O isolamento por mais de cinco décadas não funcionou”. Também não conseguem admitir que todas as tentativas de acabar com a Revolução Bolivariana não tenham resultado em fracasso.

Diante disso, mudaram de estratégia. Em relação a Cuba, resolveram flexibilizar as relações diplomáticas. Com isso, como uma espécie de lobo em pele de cordeiro, por um lado, procuram se aparentar como se fossem amigos, reabriram a embaixada estadunidense em Havana, facilitaram viagens, exportações, remessas e transações financeiras para a Ilha caribenha, como se tivessem interesse em ajudar o povo cubano. No entanto, mantém o bloqueio econômico e procuram estimular e fomentar a reação interna de tal modo que aparente ser o próprio povo quem deseja realizar mudanças. No caso da Venezuela, além da guerra do petróleo, também desencadearam uma guerra econômica, fomentando o

desabastecimento, uma guerra política e uma guerra midiática na tentativa de desestabilizar a população e fazê-la se voltar contra o governo. Os ataques à Revolução Bolivariana são intermitentes, sem folga, impetrados de dentro e de fora do país.

No entanto, se por um lado, os ataques ao governo e à revolução bolivariana tem sido intensos, por outro, as respostas e a determinação dos chavistas em defendê-la não tem sido diferentes, tanto é que, apesar de todos os inescrupulosos ataques, golpes e boicotes, de acordo com o PNUD, a Venezuela possui um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,767, maior que o do Brasil com 0,754; do Perú, com 0,740 e de Colômbia com 0,727, que constantemente atacam o bolivarianismo. Isso também revela o acerto das políticas levadas a cabo pelo governo venezuelano, em contraposição a outros países da região como o Panamá que apresentou queda 19 pontos, o México e Chile 12, o Brasil 11, o Urugua 7 e a Argentina 6.

Ao mesmo tempo em que os Estados Unidos restabelecem relações diplomáticas com Cuba e “apoia” os Acordos de Paz entre as guerrilhas colombianas (FARC e ELN) e o governo, não só renova o Plano Colômbia, como aumenta os recursos destinados a ele e estabelece negociações para, além das bases militares que já existem no país, plantar também um entreposto da própria OTAN na Colômbia. Além disso, ataca o governo bolivariano 24 horas por dia, 365 dias por ano e estabelece acordos para instalar mais três bases militares na região, duas na Argentina e uma no Peru.

Assim, a Colômbia e o Peru, situados no centro da América da Sul, no coração da Amazônia, assumem posições estratégicas para os Estados Unidos. A Colômbia, com as bases militares de Cartagena, Malambo, Telamida, Palanquero, Bahia Malaga e Larandia, além do entreposto da OTAN, e o Peru, com a nova base e as outras três já existentes em Iquitos, Nanay e Santa Lucía, com a presença dos marines nas regiões de Lambayeque, Trujillo, Tumbes, Piura, San Martín e Loreto, além da IV Frota Marinha que também faz uso dos três portos peruanos, faz com que esses países sejam os mais militarizados da região.

Veja que a última base militar a ser instalada no Peru, cujo projeto foi firmado por Obama, pouco antes de deixar a presidência, é camuflada sob a denominação de Centro de Operações de Emergência Regional (COER) da Amazônia. Aliás, os Estados Unidos nunca explicita os motivos reais e efetivos que os leva a se instalar em determinado país ou região.

Em geral, frequentemente, utilizam-se de motivos até mesmo nobres, tais como, a necessidade de combater do narcotráfico, conter o terrorismo, ajudar na preservação da segurança da população, prestar assistência social, auxiliar em casos de catástrofes naturais, enfim, prestar ajuda humanitária etc., como pretexto para justificar a instalação de suas bases militares nos países latino americanos.

Não se sabe exatamente quantas bases militares o governo yankee já plantou na região. Algumas fontes falam que seriam em torno de 40, e outras, chegam a afirmar que já são mais de 70, além da IV Frota Marítima, reativada no dia 12 de julho de 2008. No mundo, porém, o governo estadunidense já implantou mais 1000 bases militares.

Mas, o império do norte, não conta apenas com seu grosseiro aparato bélico e repressivo. Possui, igualmente, um poderosíssimo poder econômico, o qual não é utilizado somente para garantir a qualidade de vida ao povo estadunidense. Serve, ademais, também como um poderoso instrumento de

pressão e controle dos demais países, como forma de impor sanções e bloqueios econômicos. Todavia, conta ainda com altíssima tecnologia que lhe permite construir sistemas de comunicação e de espionagem que atingem todos os indivíduos, em todos os cantos e recantos do planeta, de tal modo que nada mais lhe foge ao controle, que não haja mais segredo, nem esconderijo ou possibilidade de clandestinidade.

Então, caro leitor! Acredita que num mundo com pouco mais de 190 países, são necessárias todas essas bases militares? Seriam elas, juntamente com o poder econômico, político, ideológico e midiático, com todo o sistema de vigilância e espionagem, destinadas a proteger os indígenas, as minorias e os direitos humanos? Para defender a democracia, as mulheres e os trabalhadores? Para prestar ajuda humanitária e combater catástrofes naturais?

Não. Certamente não. Nesse momento, como nosso foco é limitado apenas à América Latina, pode-se afirmar com muita segurança que, apesar de supostamente se escudar nessas questões ideologicamente, “éticas e morais”, não passam de formas disfarçadas de intervencionismo, de intromissão e interferência, bem como, de camuflar e encobrir a militarização na região. Seus interesses se voltam exclusivamente para garantir a “América para os americanos” com todos os seus recursos naturais, com sua diversidade, com suas riquezas minerais, com seus aquíferos que abrigam as maiores reservas de água do planeta.

Aliado a tudo isso, é claro, também não poderiam faltar outros dois componentes que são da própria natureza e da essência do capitalismo. Um deles é a corrupção que é endêmica a esse modo de produção. Se já não bastassem os problemas decorrentes da exploração e da expropriação do trabalho dos trabalhadores sobre, por exemplo, as condições de saúde, de educação, de moradia, numa palavra, de vida, a eles se soma a corrupção que os agrava ainda muitíssimo mais. O outro é a desigualdade social e a concentração de riqueza e de capital, que também são resultantes da exploração e da apropriação do trabalho alheio.

A título de exemplo, mencionamos alguns dados. De acordo com o relatório divulgado no início de 2017, pela referenciada ONG OXFAN, em 2016, a desigualdade no mundo atingiu patamares tão absurdo que apenas 8 pessoas concentram uma fortuna equivalente à riqueza possuída por 3,6 bilhões de pessoas, ou seja, a mais da metade da humanidade mais pobre. Na Espanha, as três pessoas mais ricas, detém a mesma quantia que um terço da população. Na Coreia do Sul, uma única pessoa controla 20% da riqueza do país. No México, 4 pessoas detém uma fortuna superior ao de metade da população do país. No Brasil, a realidade não é diferente. As seis pessoas mais ricas concentram uma renda igual a possuída por 100 milhões habitantes, isto é, a metade da população brasileira. Isso não se constitui apenas num casuísmo. Não. Trata-se da própria natureza do capitalismo, de um lado, expropriar e concentrar, e de outro, excluir, marginalizar e, no limite, exterminar. A impressão que se tem é que estamos caminhando rumo a uma regressão extemporânea à Idade Média, a uma antiquada feudalização.

O surpreendente é que, seja por interesses próprios, por ignorância ou mesmo estupidez, muitos têm a coragem de defender esse modo de produção, que não é apenas excludente, senão extremamente desigual, injusto, corrupto, violento, repressivo, destrutivo e nocivo, tanto à natureza quanto vida humana, numa palavra, é anti-humano, incompatível à vida.

Ademais, criou-se uma aliança sem precedentes, capitaneada pelo Império, que reúne um poderio bélico-militar sem equivalente na história, articulando ao poder econômico, político, ideológico, acompanhado de vigilância e repressão.

Diante disso, sua superação se constitui não apenas uma necessidade como um imperativo ao fim da fome, da violência, dos conflitos, das mortes e das guerras, uma condição da vida.

Trazemos à tona esse cenário histórico assombroso, catastrófico e abominável com a finalidade revelar as entranhas desse modo de produção e explicitar os desafios que se apresentam à América Latina e aos trabalhadores caso queiram de fato transformar essa realidade, conquistar sua independência, sua liberdade e se emancipar humanamente.

Diante disso, não resta dúvida de que o enfrentamento do império yankee, o mais poderoso até então existente, com todo seu poderio econômico, com toda sua bazófia ideológica e com sua parafernália política, burocrática, bélica e militar exige mais do que arroubos voluntaristas e espontaneístas. Não há mais espaço para amadorismos e heroísmos. Exige, isto sim, estudo, conhecimento, união, organização, profissionalismo, planejamento e determinação, da mesma forma que a superação do individualismo, da concorrência e da competição, bem como, a construção da uma verdadeira e consequente identidade e consciência de classe, de tal modo que se constitua numa força contra a qual nada, nenhum exército ou armamento possa destruir e nem vencer.

Notas

1

² Colocamos americano entre parênteses justamente para desfazer o mito criado de que somente os estadunidenses são americanos. A despeito de morarem nos Estados Unidos, auto denominam-se os únicos americanos e se auto intitulam como se fossem donos de todo o continente e, portanto, como se todos os demais devessem se submeter às suas determinações e interesses. Ocorre a mesma coisa quando se referem a ocidentais ou norte americanos. Ou seja, eles também não são os únicos ocidentais, nem mesmo norte americanos. É importante que os denominemos e os limitemos à sua mera condição, isto é, eles são estadunidenses, americanos e ocidentais como o são todos os habitantes do continente. Logo, seu espaço de determinação, imposição e ingerência se circunscreve às fronteiras de seu país e ponto final.

³ A Agência Central de Inteligência (Central Intelligence Agency) foi criada em 1947, pelo presidente estadunidense Harry S. Truman, com a finalidade de espionar governos, entidades ou indivíduos estrangeiros. A partir de 1949, foi vinculada diretamente ao mandatário presente na Casa Branca e dotada de poderes especiais para investigar e realizar “atos administrativos e fiscais” sem necessidade de autorização judicial, dentre os quais, encontra-se o financiamento de insurgentes em outros países, a articulação de golpes militares, assassinatos de opositores, a derrubada de governos e instalação de outros favoráveis a seus interesses.

⁴ Fidel Castro sofreu mais de 700 atentados comprovados arquitetados pela CIA. Isso, inclusive, lhe valeu constar do Guinness Book com o título da pessoa que mais sofreu atentados na história da humanidade.

⁵ Conferir cronologia das intervenções militares norte-americanas, disponível em: http://www.plutocracia.com/textos/cronologia_das_intervencoes_militares_norte_americanas.html

⁶ Falamos equivocadamente neoliberais porque o termo não tem uma compreensão unívoca. Sobre a questão sugiro a leitura de meu artigo intitulado “**Neoliberalismo: equívocos e consequências**”, publicado no livro “Liberalismo e Educação em Debate”, pela Autores Associados, organizado por Claudinei Lombardi e José Luís Sanfelice em 2007, que ainda que de modo breve, procura situar as diversas nomenclaturas e ou denominações atribuídas ao liberalismo segundo o contexto e as mudanças históricas. Neste sentido, o leitor poderá verificar que não há nenhuma justificativa econômica, nem política para chamar de neoliberalismo o tipo de liberalismo que se desenvolveu a partir do início dos anos de 1970.

Recebido em 12/07/2017

Aceito em 06/11/2017